

ANTECIPAR PARA ORIENTAR OU EXPLORAR PARA RECONSTRUIR: IMPLICAÇÕES NO CONTEXTO DA REABILITAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

(2000)

Sérgio Fabela

Licenciado em Psicologia.
Pós-graduado em Psicoterapia e Orientação Vocacional.
Investigador em Ciências Sociais e Humanas

Email:

sergiofabela@iol.pt

Telefone:

+351 96 9089206

RESUMO

As metodologias de intervenção na reabilitação têm vindo a enfatizar, enquanto condição crítica para a resolução dos problemas vocacionais, a necessidade de gerar perspectivas holísticas na abordagem da pessoa com deficiência.

Historicamente parece existir uma estreita relação entre este devir e as mudanças operadas nos modelos de orientação e avaliação vocacional, sendo que, por esse motivo, se procede num primeiro momento à análise da relação entre os mundos do trabalho/formação/emprego e as práticas de orientação profissional. Neste enquadramento são ainda discutidos os papéis dos diferentes actores no processo de desenvolvimento vocacional, enfatizando-se a emergência de parcerias na rede de recursos de reabilitação como estratégia privilegiada de integração responsiva da multiplicidade de necessidades vocacionais da pessoa com deficiência.

A finalizar são colocados em confronto os modelos de sequencialidade e linearidade das intervenções de orientação e desenvolvimento profissional por oposição aos elementos de ruptura e descontinuidade subjacentes aos processos do desenvolvimento humano.

Palavras-chave: Orientação profissional, desenvolvimento vocacional, reabilitação

Relativamente á(s) relação(ões) existente(s) entre a identificação do conjunto de constrangimentos da pessoa com deficiência e o sistema de oportunidades vocacionais e profissionais, a natureza desta relação deve ser intencionalmente objecto de uma ampla, mas objectiva caracterização no que diz respeito à natureza e diversidade das oportunidades de desenvolvimento profissional por um lado, e aos constrangimentos que circunscrevem a história de vida da pessoa com deficiência pelo outro.

A este propósito, atente-se que não se pretende incorrer na tradição, ainda recente, das perspectivas de orientação profissional alicerçadas nos modelos de emparelhamento e *matching* entre as necessidades/ofertas do mundo do trabalho e do emprego, e a avaliação descontextualizada e sincrónica das capacidades das pessoas com deficiência.

Pelo contrário, importa a todos os actores intervenientes ao longo do processo de desenvolvimento vocacional, uma perscrutação e antecipação contínua das mudanças e flutuações operadas nos contextos profissionais, de modo a que a intenção de explorar itinerários vocacionais recorrendo à análise do património experiencial do cliente e dos significados que este elabora na descodificação da sua narrativa, seja perspectivada em função do mundo do trabalho e do emprego - funcionando de pequenas bússolas vocacionais- mundo esse, dizíamos, que condiciona, orienta e conduz dinamicamente as dimensões do processo de exploração profissional.

Podemos nem sempre saber o destino exacto da jornada, mas precisamos de mapas que nos permitam explorar os itinerários da viagem.

A multiplicidade de actores intervenientes ao longo do processo de orientação, perspectivados como elementos de co-construção e de apoio nos itinerários profissionais dos clientes, ao intencionalizar a exploração vocacional -que promove questionamento, incerteza, dúvida e complementarmente poderá dar lugar à reconstrução de expectativas, desejos e projectos que, por vezes, de pessoais têm muito pouco - necessitam de cruzar, de colocar em partilha, de promover a interacção entre as variáveis que configuram a realidade profissional (ofertas formativas e de emprego, perfis de competências, permeabilidade dos domínios profissionais, entre outras) e o ponto de partida das aspirações vocacionais do cliente - e sua relação com os significativos- , percebendo como é que estas últimas são mediadas e enformadas pela sua história de vida.

Na prática do quotidiano somos confrontados com a necessidade de proceder à reconstrução de expectativas de natureza irrealista, rigidificadas por processos de luto inacabados ou ainda nem sequer emocionalmente experienciados, e por vezes – na pretensa objectividade de resolver problemas profissionais – corremos o risco (?) de ao desencadearmos processos de exploração pessoal, criarmos espaço para a construção de novas expectativas desadaptadas e (re)investimentos emocionais a desembocarem em sentimentos de frustração.

Os silêncios na intervenção poderão ter tanto impacto como as questões formuladas, mas as últimas deverão, em última instância, comportar a intencionalidade de uma exploração vocacional orientada pelas hipóteses que o técnico procura desenvolver em parceria com o cliente e significativos.

É nesta relação intencional que o técnico hipotetiza quais os momentos e as formas de explicitar possíveis coordenadas de itinerários profissionais, (1) dando abertura para que estas variáveis entrem em relação com a história de vida do cliente, (2) promovendo a discussão à luz da sua narrativa e (3) analisando continuamente os indicadores emocionais, tácitos e explícitos, que subjazem na gestão dinâmica deste processo. Processo que não se reduz ao 4 vectores identificados, revelando-se ainda crítico compreender o estatuto desenvolvimental do cliente de forma a (5) dosear o grau de apoio *versus* desafio, (6) articular responsivamente momentos e conteúdos mais estruturantes com estratégias reconstrutivas e (7) reajustar permanentemente a caracterização do estágio de luto e adaptação à realidade da perda a partir dos dados decorrentes do seu registo emocional.

A separação imaginária, na maioria das vezes tomada como desejável, entre a experienciação do luto e o início do processo de orientação profissional, deverá igualmente constituir ponto de reflexão. Retomaremos-la adiante.

Os objectivos de cada organização no âmbito do seu plano estratégico, bem como a concentração e a mensuração da relação custo/benefício nos modelos actuais de organização do trabalho, se por um lado delimitam o grau de liberdade do técnico na sua possibilidade de intervir isoladamente ao nível da globalidade das necessidades vocacionais de cada cliente - situem-se estas ao nível da psicoterapia individual, terapia familiar, aconselhamento, prescrição de ajudas técnicas, adaptação de ambientes de trabalho, ou outras- por outro lado, abrem caminho para a necessidade de mobilizar os recursos comunitários específicos que potencialmente poderão viabilizar/maximizar a eficácia da resposta. Desta forma, a intervenção vocacional é complementada por múltiplos actores, com papéis claros e definidos, num determinado contexto de objectivos de desenvolvimento profissional. Emergem, desta forma, as parcerias na rede de recursos de cada ambiente geográfico.

Independentemente do ponto de vista do observador, a discussão histórica relativa à análise das vantagens e do investimento necessário para gerir a construção de parcerias tem relevado, por um lado os ganhos desenvolvimentais da organização que entra em relação com outras (traduzíveis nas competências e/ou conhecimentos dos seus colaboradores ou no limiar na relação tempo/consecução dos objectivos) e por outro a possibilidade de construir um plano de intervenção diferenciado, porque interdisciplinar, mas simultaneamente integrado, porque articulado e co-construído em função das necessidades individuais de cada cliente. Deslocalizam-se, perante este cenário, respostas, recursos e intervenções para se reposicionarem na resolução sintónica dos problemas vocacionais de cada pessoa com deficiência.

E não obstante, apesar de nos discursos se enfatizar o facto da intervenção para o desenvolvimento vocacional se alicerçar na integração contextualizada do plano narrativo de cada cliente, de quando em vez, preconizam-se soluções atomistas, sequenciais, como se os processos de desenvolvimento humano se configurassem através de uma lógica aditiva de etapas vocacionais a percorrer (quase) isoladamente no contexto da reabilitação.

Afigura-se, mais uma vez crítico, integrar o desenvolvimento humano a partir do confronto contínuo do sujeito com experiências percebidas como desafiantes e que ocorram numa rede de recursos de significativos que disponibilizem o apoio e a securização necessária para que o sujeito teste formas mais adaptadas de lidar com a realidade do problema, traduzido como tarefa desenvolvimental.

Também o processo de luto, nesta perspectiva, pressupõe o confronto com realidades elicitoras de sofrimento, para as quais o sujeito terá que (re)construir novas competências para lidar no plano da sua existência com as exigências e constrangimentos dos contextos onde se move - realismo nas aspirações profissionais, investimento/realização no domínio interpessoal, reconhecimento e identificação no âmbito do projecto social, entre outras.

Na premissa que as experiências constituem a base generativa para que se consiga produzir mudança desenvolvimental na pessoa com deficiência, então dever-se-á, sempre que existam condições na rede de recursos, intencionalizar a resolução da tarefa de luto em articulação com outras do domínio vocacional. E porque se tem defendido a perspectiva de co-explorar e reconstruir com a pessoa com deficiência a diversidade de itinerários profissionais, passíveis de sentido e investimento emocional no âmbito da sua própria narrativa, importa pois integrar que também as tarefas de (a) luto -entendidas na gestão e reconhecimento das implicações da realidade da perda nos contextos de vida onde o sujeito se move -, (b) orientação vocacional, (c) desenvolvimento profissional e, em derradeira linha de análise, (d) de cidadania activa ocorrem ao longo do ciclo de vida do indivíduo de forma contínua e interrelacionada, devendo a lógica das intervenções, por isso, adaptar-se às lógicas de funcionamento das pessoas.

BIBLIOGRAFIA

Barnes, C. Oliver, M. Barton, L. eds. 2002: **Disability Studies Today**, Cambridge, Polity

Baylies, C. 2002: 'Disability and the Notion of Human Development: questions of rights and responsibilities', in **Disability and Society**, 17 (7) 725-740.

Bond, G.R. (1998). Principles of the individual placement and support model: Empirical support. *Psychiatric Rehabilitation Journal*, 22, 11-23.

Burchardt, T. 2000: **Enduring Economic Exclusion: Disabled People, Income and Work**. York: Joseph Rowntree Foundation.

Campbell, J. and Oliver, M. 1996: **Disability Politics: Understanding our Past, Changing our Future**. London: Routledge.

Christie, I. with Mensah-Coker, G. 1999: **An Inclusive Future? Disability, social change and opportunities for greater inclusion by 2010**. London: Demos.

Finkelstein, V. 1998: **The Biodynamics of Disablement**, Paper presented at the Disability and Rehabilitation Research Workshop in Harare, Zimbabwe, 29 June (Also available on www.leeds.ac.uk/disability-tudies/archiveuk/index.)

Gordon, B. O., and Rosenblum, K. E. 2001: 'Bringing Disability into the Sociological Frame; in **Disability and Society**, 16 (1) 6-20.

Pati, G.C. (1985). Economics of rehabilitation in the workplace. *Journal of Rehabilitation*, 4, 22-30.

Rubin, S. E., & Roessler, R. T., (1995). *Foundations of the vocational rehabilitation process*. Austin, TX: Pro-ed.

Tenney, F., Tishman, F., & Webb, S. (1996). Developing choice for people on the disability roles to return-to-work and self-sufficiency. Paper presented at the National Association of Rehabilitation Providers in the Private Sector, S. L. Start & Associates Inc., Spokane, WA.

Turk, D.C., Rudy, T.E., & Stieg, R.L. (1988). The disability determination dilemma: Toward a multiaxial solution. *Pain*, 34, 217-229.

Wright, B. A., (1983). *Physical disability: A psychosocial approach*. New York: Harper & Row.